

Versão Online ISBN 978-85-8015-093-3
Cadernos PDE

VOLUME I

OS DESAFIOS DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE
NA PERSPECTIVA DO PROFESSOR PDE
Artigos

2016

EQUIPE MULTIPROFISSIONAL NO AMBIENTE ESCOLAR: PERSPECTIVAS E CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DOS ALUNOS

Morgana Clara Rosa Bortolli¹

Maria Eunice França Volsi²

Resumo. O presente artigo tem por objetivo apresentar os resultados de uma pesquisa que investigou as contribuições da Equipe Multiprofissional no ambiente escolar, formada por Pedagogo, Psicólogo e Assistente Social, atuando em conjunto com os demais profissionais da Educação. Os estudos realizados foram pautados na Lei Estadual nº. 15.075/06, que autoriza a implantação da equipe nas escolas públicas do Estado do Paraná. A partir disso, efetuou-se o projeto de implementação no Colégio Estadual Vinícius de Moraes EFM, na cidade de Campo Mourão, do Núcleo Regional de Educação de Campo Mourão-PR. Nesse sentido, abordamos os resultados desse trabalho direcionado aos professores, profissionais da Educação e instâncias colegiadas do referido colégio, com o intuito de compartilhar e refletir sobre as contribuições dos profissionais da Equipe Multiprofissional para a efetivação de uma educação de qualidade. O texto aborda ainda a parceria com as Instituições de Ensino Superior instaladas nesta cidade de Campo Mourão, que possibilitou a realização dessa pesquisa, bem como, a atuação dos profissionais de Psicologia e Assistência Social na escola citada.

Palavras-chave. Equipe Multiprofissional; Escola; Gestão Escolar.

1 Introdução

No contexto atual, o ambiente escolar tornou-se ambíguo e insatisfatório quanto ao processo de ensino-aprendizagem, à relação docente-discente e, principalmente, à produção de conhecimento. Toda a situação de conflito, embates e desconstrução de conceitos presentes na sociedade refletem na escola, pois todo comportamento, valores e a própria cultura, é social. As últimas décadas têm sido uma contraposição ao autoritarismo, ao conjunto de regras preestabelecidas, culto ao individualismo em detrimento ao coletivo, desestabilizando as relações sociais, criando um conjunto de mundos individuais que subsistem num mesmo espaço, gerando conflitos e tensões vivenciados no chão da escola.

Os comportamentos atuais, abrigados na defesa incontestada da liberdade para agir sem limites, sem normas, tornam-se objeto de reflexão de muitos cidadãos. [...] A literatura pode, então, apontar as características da cultura

¹ Professora do Colégio Estadual Vinícius de Moraes EFM, graduada em Letras Português/Inglês, com Especialização em Literatura Brasileira e Especialização em Educação Profissional Integrada a Educação Básica/Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

² Orientadora. Professora doutora, do Departamento de Teoria e Prática da Educação da Universidade Estadual de Maringá.

atual, do homem contemporâneo. Os aspectos mais acentuados que vêm dando tipicidade a esse indivíduo: a) a busca do prazer imediato, b) o descompromisso com o outro, c) a falta de motivação para qualquer tipo de trabalho, d) a ausência de perspectiva para si mesmo, ou a apatia diante de seu futuro, e) a banalização da morte, f) a indisponibilidade para qualquer reflexão (NAGEL, 2015, p. 2).

Segundo Nagel (2015), no discurso e na prática dos indivíduos atuais, “o tempo é dele”, “o espaço é dele”, a “escolha é dele”. Com isso, é difícil, quase impossível perceber a presença, a necessidade, os desejos do outro, vivendo num ostracismo, isolados num mundo conectado, advindo, então, a depressão, o desequilíbrio emocional, a insatisfação constante com seu estado de ser, encontrando na escola, por vezes, o primeiro enfrentamento de limites, as primeiras regras e objetivos em prol de uma coletividade.

Sendo o ambiente escolar, um espaço de partilha e troca de conhecimento e experiência para que ocorra a construção do conhecimento, como lidar com tantas contradições e embates, na busca por uma educação de qualidade? De que forma os professores podem corresponder às expectativas da sociedade em relação ao processo de ensino-aprendizagem, frequentemente cobrados e questionados quanto a sua forma de ensino, que não corresponde às necessidades específicas de cada aluno, sendo responsabilizados, inclusive pelos pais, por não atender seus filhos de forma individualizada? E de que forma conciliar esta situação com a função da escola em formar cidadãos? O que implica em educar para o social, para a coletividade, reconhecendo o homem como um ser social, sendo necessário que o compreendamos como tal, fruto de suas relações sociais, o que engloba família, comunidade, escola.

Para que se possa enfrentar toda a complexidade do ser humano em desenvolvimento, absorvido pela atual conjuntura, necessita-se ampliar o quadro de profissionais da educação. Apresenta-se nesse momento, como contribuição às necessidades do trabalho que precisa ser desenvolvido nas escolas, a Equipe Multiprofissional, composta por Pedagogo, Assistente Social e Psicólogo, que tem como intuito auxiliar no processo de ensino e aprendizagem e promover uma educação de qualidade.

Diante do exposto, reconhecemos que a atual estrutura escolar como se apresenta é deficitária, e que a atuação do Psicólogo e do Assistente Social, junto

aos demais profissionais da educação e o corpo discente, têm muito a contribuir nesse processo.

Respaldado pela Lei Estadual nº 15.075 de 04/05/2006, que autoriza a implantação do Programa de Atendimento Psicopedagógico e social em todas as unidades escolares que integram a Rede de Ensino Público e por meio de estudo bibliográfico, buscou-se embasamento teórico para a compreensão da atuação desses profissionais na escola, além de justificativas e possibilidades para a implantação da Equipe Multidisciplinar (aqui denominada de Equipe Multiprofissional) no Colégio Estadual Vinícius de Moraes, em Campo Mourão. Diante disso, por meio de parceria com as IES da cidade, Psicólogos e Assistentes Sociais estão atuando junto à escola, buscando contribuir com a realidade da mesma tal qual como prevê a lei citada (PARANÁ, 2006).

2 Revisão da Literatura

Partindo da premissa de que a escola é um das principais instituições sociais, o presente artigo é fruto dos estudos realizados durante o PDE/2016, com implementação do projeto elaborado durante esses estudos, no Colégio Estadual Vinícius de Moraes, em Campo Mourão, cujo objeto de estudo foi a Equipe Multiprofissional, composta por Assistente Social, Pedagogo e Psicólogo, pautado na Lei Estadual nº. 15.075/06, a qual autoriza a inclusão de tal equipe ao quadro de funcionários da educação, nas escolas públicas estaduais do Estado do Paraná.

Com a perspectiva de incluir aqueles que se encontram em processo de exclusão social, a escola possibilita aos seus alunos fazerem parte da sociedade em que vivem. A escola, enquanto equipamento social, precisa estar atenta para as mais diferentes formas de manifestação de exclusão social, incluindo-se desde questões que vão de violência, atitudes discriminatórias, de etnia, do gênero, de sexo, de classe social, etc., reprovações, até a evasão escolar, que muitas vezes é provocada pela necessidade do aluno de trabalhar para contribuir na renda familiar. E, é nesse contexto, que se apresenta o fracasso escolar, pois mais do que nunca a escola atual tem o dever de estar alerta à realidade social do aluno (SANTOS, 2008, p. 11).

Com isso, diariamente, o sistema escolar tem sido desafiado a conciliar o que é trabalhado em sala de aula com o contexto social do aluno (seus problemas e necessidades). Por vezes, os professores, assim como a coordenação e direção,

não possuem a formação e os conhecimentos adequados para atuarem em situações oriundas de problemas pessoais, sociais e psicológicos.

Desse modo, torna-se fundamental que a escola possa conhecer as realidades sociais de seus estudantes, buscando alternativas que a aproximem do universo familiar, do social e do pessoal de cada educando. Para tanto, existe a possibilidade de atuação da Equipe Multiprofissional, composta por profissionais com formação e qualificação específicas para atender esses tipos de demanda.

O Pedagogo aliado ao Psicólogo e ao Assistente Social fecha um círculo capaz de compreender e possibilitar o suprimento das necessidades dos indivíduos para que ocorra o desenvolvimento saudável e harmonioso no ambiente escolar.

Se o Pedagogo auxilia diretamente no processo ensino-aprendizagem, o Psicólogo dá a compreensão de como esse processo acontece e o entendimento comportamental do aluno, possibilitando um melhor desempenho do mesmo. Já o Assistente Social complementa o círculo à medida que abrange e esclarece o contexto social, fora da escola, no qual o educando está inserido, apontando as possíveis causas que prejudicam a aprendizagem e o caminho a ser trilhado para que tais obstáculos sejam ultrapassados.

Conforme Scheneiderce e Hernandorena (2012, p. 9):

O desafio profissional está em encontrar novas estratégias de ação. As práticas interdisciplinares e intersetoriais devem convergir para a construção de redes de apoio, tanto em sua dimensão afetiva (solidárias, familiar, etc.), como em sua dimensão social no que tange aos serviços socioassistenciais, como também os serviços das demais políticas públicas, auxiliando-os e colocando-os em condição de igualdade decisória, profissionais e usuários. E ainda, como profissão interventiva e propositiva, que propicia a revolução de consciências, o Serviço Social agrega a categoria participação na sua práxis, em que pode instrumentalizar as famílias para que façam parte do processo de ensino-aprendizagem da criança, consequentemente, da realidade escolar de seus filhos.

A escola de hoje necessita estar voltada para o contexto social em que vivemos, atenta às mudanças estruturais da sociedade que envolvem nossas famílias, buscando diminuir, quiçá eliminar, as diferenças entre os cidadãos, atendendo as necessidades dos menos favorecidos, na busca por direitos iguais e exercício da cidadania, propiciando à comunidade escolar exercer o seu papel na difusão e construção do conhecimento, construindo assim, uma sociedade mais igualitária.

A escola tem um papel importantíssimo e “insubstituível quando se trata de preparação cultural e científica das novas gerações para enfrentamento das exigências postas pela sociedade contemporânea” (LIBÂNEO, 2004, p. 44).

O avanço na garantia dos direitos dos cidadãos vem culminar com a Lei nº. 8.069/90, que aprova o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que confirma o dever do Estado de efetivar políticas públicas voltadas para a promoção do desenvolvimento das crianças e adolescentes. Nesse sentido, destacamos o artigo 7º do ECA que estabelece que “a criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência” (BRASIL, 1990).

Como alcançar o desenvolvimento sadio e harmonioso, considerando a função social dada à escola?

O desenvolvimento do trabalho da Equipe Multifuncional nos estabelecimentos de ensino, é um dos meios apontados para atingir esse objetivo. O Pedagogo, aliado ao Psicólogo e ao Assistente Social, podem atuar no ambiente escolar de modo a compreender e possibilitar o suprimento das necessidades dos indivíduos, para que ocorra o desenvolvimento saudável e harmonioso.

No âmbito estadual temos uma lei sancionada em 2006, que aponta para atuação destes profissionais nos estabelecimentos de ensino da rede estadual. Trata-se da Lei nº 15.075, de 04 de maio de 2006 que cria o Programa de Atendimento Psicopedagógico e Social em todas as unidades escolares que integram a Rede de Ensino Público, do Ensino Fundamental e Médio, no Estado do Paraná (PARANÁ, 2006).

A equipe deve agir diretamente com o núcleo familiar, trazendo-os a participar da vida escolar de seus filhos, e esclarecendo-os sobre as entidades e programas sociais que estão à disposição dos cidadãos, visando à prática da cidadania, melhorando a qualidade de vida e garantindo a apropriação do conhecimento.

Embora esta lei exista há onze anos, não ocorreu sua implantação nas escolas estaduais. Sabemos que para a execução do programa previsto na lei, é necessário a contratação de profissionais, principalmente, Psicólogos e Assistentes Sociais e isso ocasionará um impacto financeiro nas contas públicas. Consideramos que, provavelmente, esse seja o grande entrave para que o desenvolvimento desse programa ocorra nas escolas.

Mesmo diante da ausência de efetivação da lei, enfatizamos que a existência dessa equipe multiprofissional nas escolas poderá trazer muitas contribuições ao processo de ensino e aprendizagem e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade da educação.

Ao considerarmos o homem como ser social e constantemente em desenvolvimento, reconhecemos a necessidade de profissionais da educação com formação diferenciada que possam dar conta da complexidade humana, contribuindo para entendimento e enfrentamento das situações vivenciadas no ambiente escolar.

A partir da década de 80, iniciou-se uma reflexão sobre o papel do psicólogo escolar, até então o que se tinha era a psicologia clínica dentro das escolas, centradas no aluno, como uma solução para o aluno problema. Busca-se, então, compreender as questões escolares para que se promova o desenvolvimento de uma educação de qualidade (SOUZA, 2009).

Assim, como afirma Andaló (1984), o Psicólogo escolar deve ser agente de mudanças dentro da instituição-escola, onde atuaria como um elemento catalizador de reflexões, um conscientizador dos papéis representados pelos vários grupos que compõem a instituição. Levando em conta o meio social no qual o aluno está inserido, ou seja, a comunidade escolar como um todo e as relações existentes com esse indivíduo, o que possibilita compreender as situações vivenciadas de forma mais ampla e efetiva, com maior possibilidade de acertos.

A amplitude e o fazer do psicólogo escolar justifica-se pela pluralidade de situações, demandas e sujeitos que compõem o cenário escolar. Assim, compete a esse profissional desenvolver trabalhos de orientação vocacional e profissional com alunos; trabalhar no desenvolvimento de ações preventivas; desenvolver ações com o corpo docente sobre temas pertinentes que merecem atenção na escola; realizar trabalhos com familiares; participar da construção do projeto político pedagógico da escola, dentre outros (MIRANDA, 2013, p. 1).

O psicólogo escolar vem para somar, fazer parte da equipe de profissionais da educação, partilhando conhecimento, significando os desafios enfrentados com outro olhar, que vai além da relação professor-aluno, do ambiente da sala de aula, englobando todos os indivíduos do processo, buscando a compreensão e aceitação de cada um, mas agindo em prol do coletivo. De acordo com Souza (2009), as queixas escolares não são mero reflexo de problemas emocionais, mas sim fruto

das relações escolares, portanto é necessário termos a presença do Psicólogo escolar que auxiliará a compreensão de tais relações, minimizando as tensões existentes, possibilitando um trabalho produtivo.

Segundo Gomes (2012, p. 2), o papel do psicólogo escolar é;

Possibilitar que o professor considere a importância da sua relação com o aluno na construção da sua subjetividade e remover obstáculos da aprendizagem. Entendendo que problemas de aprendizagem devem ser entendidos no conjunto de relações institucionais, históricas, psicológicas e pedagógicas que constitui a escola.

A presença do psicólogo escolar ainda não é comum nos estabelecimentos de ensino, principalmente nas instituições públicas. O projeto de Lei que pretende incluir o trabalho de psicólogos e assistentes sociais na rede pública de ensino básico, em nível nacional (PL) 3.688/2000, que tramita na Câmara dos Deputados, em Brasília, há dezessete (17) anos, ainda não foi concluído e na atual conjuntura, em vista de todo o panorama político e social, dificilmente será aprovado e efetivado. Contudo, em cidades como Uberlândia-MG, onde o Assistente Social se faz presente na instituição de ensino, os resultados são positivos, obtendo a diminuição da evasão escolar, da violência e melhora da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, propiciando melhor qualidade de vida aos sujeitos envolvidos (FARIA, 2010).

Se o psicólogo escolar pode elucidar, compreender e nos fazer compreender como se dá o desenvolvimento humano, especialmente durante a adolescência, e as possíveis causas de seu comportamento, que interferem na não efetivação da aprendizagem ou em uma aprendizagem deficitária, a atuação do Assistente Social no ambiente escolar será bastante benéfica, pois representará a ponte de ligação entre escola e família, já que seu campo de trabalho engloba a rede de proteção à criança e adolescente, bem como, os caminhos para acesso aos programas sociais, suporte e esclarecimento sobre os direitos dos cidadãos, capacitando para o exercício da cidadania os indivíduos envolvidos no processo.

A assistência social no âmbito da educação é aquela inserida no campo dos direitos, da universalização dos acessos, das ações pró-permanência de qualidade, e da responsabilidade estatal com a educação, agindo em favor da democratização do ensino público, gratuito e de qualidade e viabilizando a igualdade de condições para promover o ingresso, a permanência e conclusão dos estudos destes alunos (ALVES, 2010, p. 1).

O cotidiano escolar é permeado por uma diversidade de desafios, que envolvem questões sociais (família/comunidade) para as quais o conhecimento pedagógico não é o suficiente, a escola da forma como está estruturada, não dá conta de tais questões, é necessário que se agregue outros profissionais ao quadro de funcionários da educação, como o Assistente Social. Mesmo no que diz respeito à educação de qualidade, para que isso ocorra é necessário que a família esteja presente junto à escola, seja parceira e coparticipante do processo pedagógico, e nesse sentido tal profissional torna-se uma ponte entre escola e família.

Temos consciência de que a escola é o reflexo da sociedade e que

[...] Os problemas que pressionam os espaços educacionais foram desenvolvidos em rede e na história, o que evoca a necessidade de, tanto na interpretação dos problemas como na resolução deles, ser imprescindível encará-los através da compreensão da totalidade social (SANTOS, 2012, p. 20).

E para que isso ocorra, necessitamos da atuação do Assistente Social na escola, pois entre suas atribuições está

[...] o posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; assim como, opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero (BRASIL, 1993, p. 23-24).

A atuação desse profissional facilita a articulação junto à rede de proteção à criança e adolescente, para que se busque a causa e possível resolução dos problemas de ordem social, que envolvem os sujeitos atuantes no processo de ensino-aprendizagem, os quais prejudicam e/ou impedem de se efetivar tal processo com qualidade.

Quando nos reportamos à qualidade de ensino, não podemos esquecer tudo que envolve o processo, indo além dos muros da escola. Vivemos um momento ímpar na sociedade, que vai desde as múltiplas informações que nos chegam a todo instante até a reestruturação social, familiar e cultural.

Aliado a tudo isso, temos os conflitos pessoais inerentes ao ser humano, fruto de nossa vivência, nosso ambiente familiar e social. Assim:

O desafio profissional está em encontrar novas estratégias de ação. As práticas interdisciplinares e intersetoriais devem convergir para a construção de redes de apoio, tanto em sua dimensão afetiva (solidárias, familiar, etc.), como em sua dimensão social no que tange aos serviços socioassistenciais, como também os serviços das demais políticas públicas, auxiliando-os e colocando-os em condição de igualdade decisória, profissionais e usuários. Frente a um contexto social cada dia mais complexo, a escola precisa se aliar às demais políticas, para a efetiva garantia de direitos e proteção integral de nossas crianças e adolescentes, conforme determina o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) (SCHNEIDER; HERNANDORENA, 2012, p. 16).

O assistente social, pela natureza de seu trabalho, agirá junto às famílias, buscando a participação destas na vida escolar de seus filhos e direcionando-os, quando necessário, para as entidades competentes que possam viabilizar a vivência da cidadania.

A escola é o lugar onde os conflitos são naturalizados, afinal este espaço compreende a presença de indivíduos com diversidade de cultura, valores e princípios, em faixa etária diferenciada, que necessitam conviver num mesmo espaço, buscando um mesmo objetivo, o adquirir e produzir conhecimento, mas vinculados e reféns de uma sociedade consumista e individualista, e apesar de tudo isso, deve primar pelo bem coletivo, educando para o social. Conflitos esses que vão muito além dos ditos próprios do ser humano em desenvolvimento, processos de afirmação e reconhecimento enquanto sujeitos de sua própria história, como a violência dentro e fora da escola, o uso cada vez mais precoce das drogas lícitas e ilícitas, a desestruturação ou reestruturação da família, as mudanças da ordem econômica, e o fato da escola ter deixado de ser um atrativo, um caminho para ascensão social e econômica. Todos esses fatores fogem ao campo pedagógico para o qual os funcionários da educação foram preparados e traz como consequência a evasão escolar, o desinteresse pelo estudo, a indisciplina e em casos mais acentuados, a violência velada ou praticada.

É nesse contexto, que se insere o Assistente Social no ambiente escolar, pois para que se cumpra a função social da escola, faz-se necessário a participação e integração de aluno, escola e família, bem como, o conhecimento e compreensão do todo de cada indivíduo envolvido.

Santos (2012, p. 12), afirma que “o trabalho do Serviço Social na Educação volta-se para identificar e atender as demandas provenientes da questão social que perpassa o cotidiano do campo educacional”, vindo ao encontro das necessidades da escola nos dias atuais, agindo em equipe e em conjunto com os profissionais da

Equipe Multiprofissional, pedagogos, professores, equipe diretiva e demais funcionários da Educação.

Durante o 30º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESSS, 2001, pela primeira vez a categoria realizou proposições de âmbito nacional quanto à atuação do profissional da assistência social na educação. Ainda em 2001, foi constituído um “Grupo de Estudos sobre o Serviço Social na Educação” pelo CFESS, que construiu uma brochura intitulada “Serviço Social na Educação”, onde o Conselho Federal de Serviço Social estabelece que os problemas sociais a serem trabalhados pelo Assistente Social na área de educação são: “Evasão escolar; Desinteresse pelo aprendizado; Problemas com disciplina; Insubordinação a qualquer limite ou regra escolar; Vulnerabilidade às drogas; Atitudes e comportamentos agressivos e violentos” (CFESS, 2001, p. 23).

Concordamos com Santos (2012, p. 12) quando ressalta que “a família constitui-se como uma das áreas prioritárias de ação dos assistentes sociais, sendo o contexto familiar uma fonte de preocupação devido à complexidade de tal ação e também um campo rico para intervenções”.

Portanto “o assistente social poderá diagnosticar os fatores sociais, culturais e econômicos que determinam a problemática social no campo educacional e, conseqüentemente, trabalhar com um método preventivo destes, no intuito de evitar que o ciclo se repita novamente” (SANTOS, 2008, p. 44).

Com a presença e atuação do Psicólogo Escolar e do Assistente Social na escola, o Pedagogo terá oportunidade para efetivar sua real função junto à comunidade escolar.

O trabalho do Pedagogo nas escolas públicas tem enfrentado inúmeros desafios para que se concretize. Esses profissionais, como professores fora da sala de aula, atendem a todo tipo de situação no cotidiano da escola, desde o atendimento aos pais, alunos, professores até a mediação de conflitos, o popular “apagar de incêndio”, o que faz com que o pedagógico, muitas vezes, fique relegado à segundo plano.

Para que o fazer pedagógico aconteça e o profissional se dedique à pesquisa, à orientação e suporte pedagógico, é necessário muito empenho, clareza e determinação por parte do profissional e da equipe diretiva, pois todos sabemos a pressão existente no ambiente escolar, fruto das incertezas e transformações sociais pelas quais estamos passando.

Segundo Pereira e Czernisz (2008, p. 2):

[...], o pedagogo tem como desafio provocar a realização de um trabalho educativo mais crítico, desocultando os interesses que estão por trás das propostas educacionais, das políticas públicas de educação, dos programas e projetos que fazem parte da configuração da escola.

Para uma educação de qualidade, o papel do Pedagogo em conjunto com a equipe multiprofissional é de suma importância, pois é função da escola pública ir além do repasse do conhecimento historicamente construído, é nesse ambiente que nossos alunos têm acesso à cultura de uma forma geral e, principalmente, à escrita, que bem trabalhada e articulada dará subsídio para a formação de indivíduos críticos e gestores de sua própria história.

Embora a escola seja um lugar de angústias e conflitos, permeado por sonhos e ansiedades, reflexo de uma sociedade desigual e competitiva, Breckenfeld e Romanowski (2012), lembram que ela pode constituir-se, também, em espaço de transformação e emancipação do homem a partir de um processo de construção coletiva do projeto político pedagógico, que é um projeto de escola e, conseqüentemente, de sociedade.

O projeto político pedagógico bem estruturado, construído com conhecimento da realidade da comunidade escolar, do público alvo, do objetivo a ser atingido, tendo noção do ponto de partida, encaminha as ações para que ocorra a construção do conhecimento, e isso só ocorrerá se orientado e fundamentado pelo professor pedagogo em conjunto com os seus pares, onde o Pedagogo escolar é o articulador, interlocutor e mediador do processo de ensino-aprendizagem.

Como afirmam Breckenfeld e Romanowski (2012, p. 4660):

[...] os equívocos em relação às suas atribuições, ocasionados pela história recente de sua pretensa profissionalidade, tem deslocado o foco de seu trabalho, descaracterizando sua função e secundarizando o sentido do pedagógico. Desse modo, muitas vezes, é compreendido como burocrata, disciplinador de alunos, fiscalizador de professores e/ou profissional multitarefa.

Nessa perspectiva, Libâneo (2004, p. 192) contribui ao afirmar sobre a importância desse trabalho, uma vez que este “não pode eximir-se de uma determinação de sentido da práxis educativa, já que intervém no destino humano, na formação e no ser humano dos educandos”. E para que isso se realize é preciso que

o profissional possa se concentrar no fazer pedagógico, delegando aos demais profissionais da equipe multiprofissional o que corresponde a sua especificidade, seja o que diz respeito ao comportamento ou ao convívio e vivência social, campos próprios da psicologia e da assistência social.

Assim, em vista do contexto no qual a escola está inserida, a equipe multiprofissional é essencial para que se feche o círculo de atuação da escola, cumprindo assim, com a função social a ela delegada. Mas, para que possamos incorporar tal equipe ao quadro de funcionários da Educação, é necessário difundir esta ideia, tornar conhecida a Lei nº. 15.075/06 e buscar caminhos para a efetivação do trabalho da equipe multiprofissional no ambiente escolar. Com esse objetivo foi realizado o projeto de implementação no Colégio Estadual Vinícius de Moraes EFM, na cidade de Campo Mourão, assim como o GTR – Grupo de Trabalho em Rede, neste ano de 2017.

3 Metodologia e Resultados Obtidos

Como já afirmamos, embora esta lei exista há onze anos, não ocorreu sua implantação nas escolas estaduais. Sabemos que para a execução do programa previsto na lei é necessária contratação de profissionais, principalmente, Psicólogos e Assistentes Sociais e isso ocasionará um impacto financeiro nas contas públicas. Pensamos que provavelmente, esse seja o grande entrave para que o desenvolvimento desse programa ocorra nas escolas.

Mas acreditamos na eficiência da atuação da Equipe Multiprofissional, e enfatizamos que a existência dessa equipe multiprofissional nas escolas poderá trazer muitas contribuições ao processo de ensino e aprendizagem e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade da educação. Por assim entendermos, é que propusemos o esclarecimento e estudo da temática apresentada, junto a professores, equipe gestora e instâncias colegiadas do Colégio Estadual Vinicius de Moraes, no município de Campo Mourão.

Para isso foi elaborado um minicurso de 32 horas, estruturado em 8 (oito) encontros, sendo 1 (um) a distância e os demais presenciais. Nesses encontros abordou-se as seguintes temáticas: função social da escola; síntese do Sistema Escolar Brasileiro; a Lei nº. 15.075/06; relato de experiência de escolas que já possuem Psicólogos e/ou Assistente Social no ambiente escolar; a função do

Pedagogo, do Psicólogo escolar e do Assistente Social na escola. Na implementação do projeto, contamos com a presença de profissionais de cada uma das áreas mencionadas, vinculados às IES com as quais firmamos parceria, esclarecendo e discutindo com os cursistas sobre o papel de cada um no cotidiano escolar.

O grupo de participantes, embora pequeno, constava de profissionais dos diversos segmentos da comunidade escolar: professor, pedagogo, agente I e II e presidente da APMF. Assim, foi possível ver a escola e o processo de ensino-aprendizagem sob diversas óticas, trazendo a realidade do processo. Mesmo que bastante diversificada, todos participaram ativamente das atividades, expressando suas opiniões, angústias e anseios, demonstrando seu comprometimento com a Educação. Ficou claro o consenso entre os participantes de que nossas instituições de ensino, da forma como estão estruturas, não dão conta da função social a elas imputadas, gerando toda forma de conflito, de frustração e de desafios aos quais enfrentamos todos os dias. Houve total aceitação e concordância com a parceria com as IES, através das quais será desenvolvido projetos de atuação dos profissionais de Pedagogia, Psicologia e Assistência Social, iniciados neste ano de 2017, que terão continuidade em 2018.

Com o intuito de difundir os trabalhos realizados durante os estudos do PDE-2016 e a implementação do projeto na escola, foi elaborado o GTR – Grupo de Trabalho em Rede, realizado no primeiro semestre deste ano. Para isso, foi disponibilizado material de estudo dando conhecimento do objeto de estudo (a Equipe Multiprofissional e suas contribuições ao ambiente escolar), a função social da escola, os desafios em cobranças enfrentados pelos profissionais da Educação. Através das atividades, fóruns e compartilhamento de conhecimento e experiência, observa-se que partilhamos dos mesmos desafios e enfrentamentos, preocupações e angústias. É perceptível a preocupação e, infelizmente, o desânimo de alguns diante da situação desafiadora com a qual estamos lidando no cotidiano escolar. Com os estudos, discussões e realização das atividades, ao final, houve aprovação da atuação e da necessidade de se ter nas escolas profissionais da área da Psicologia e Assistência Social dentro dos muros da escola, mas atestou-se a dificuldade e entraves para essa realização, vendo na parceria com as IES, talvez, o único caminho viável para que se obtenha tal benefício, pelo menos até o presente momento.

4 Considerações Finais

Após os estudos realizados durante todo o PDE-2016, e a implementação do projeto na escola, constata-se que muito temos a caminhar para tornar a escola capaz de cumprir sua função social, pois sendo o ser humano complexo e nossos alunos em fase de constantemente desenvolvimento, num contexto social de quebra de paradigmas e inversão de valores, na qual os pais e/ou responsáveis por esses jovens estão assoberbados com seus compromissos profissionais e de subsistência da família, nossa estrutura escolar não pode contar apenas com profissionais capacitados para o repasse do conhecimento historicamente construído.

Nesse sentido, torna-se imprescindível incorporarmos ao quadro de funcionários da Educação o Psicólogo escolar, que tem na sua formação o estudo e a compreensão das fases do desenvolvimento humano, ações e reações individuais e de grupo, bem como, o Assistente Social, profissional capaz de articular o acesso aos órgãos que formam a rede de proteção às crianças e adolescentes, como também, propiciar às famílias exercer a cidadania, esclarecendo e indicando os caminhos para que isso ocorra.

Mas, mesmo atestando os benefícios da atuação da Equipe Multiprofissional na escola, estamos cientes que o caminho para essa conquista é árduo e imprevisível, pois não depende da escola somente, e sim, de instâncias superiores ou de parcerias com as IES, dispostas a empreender esse projeto junto à instituição, como ocorre no Colégio Estadual Vinícius de Moraes EFM, por meio das parceiras UNICAMPO – Faculdade União de Campo Mourão e a UNESPAR – Campus Campo Mourão.

Ambas já iniciaram os trabalhos que contemplarão professores, funcionários, pais e alunos, em formato de projeto de extensão, com o intuito de que se torne permanente tais ações na escola. Porém, a avaliação dessa iniciativa, a qualidade de sua contribuição para a elevação da qualidade da Educação, sua influência no processo de ensino-aprendizagem, na mediação e solução de conflitos só poderá ser feita após esse primeiro processo de implantação do projeto que compreende o ano de 2017 e 2018.

Referências

ANDALÓ, C. S. de A. O papel do psicólogo escolar. **Psicol. cienc. Prof.**, Brasília, v. 4, n. 1, p. 4346, 1984. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931984000100009>. Acesso em: 20 out. 2017.

ALVES, I. M. da S. Desafios e possibilidades de atuação do Assistente Social: a área da Educação como espaço sócio-ocupacional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 13., 2010. Brasília. **Anais....** Brasília, DF: CRESS, 2010. Disponível em: <http://cress-sc.org.br/img/noticias/0083_.html>. Acesso em: 7 maio 2016.

BRECKENFELD, E. J. N.; ROMANOWSKI, J. P. O pedagogo escolar do Paraná: limites e possibilidade de sua profissionalidade no Sistema de Ensino Público Estadual. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE, 13., 2012. Curitiba. **Anais....** Curitiba: PUCPR, 2012. p. 4658-4670. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/406_476.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2016.

BRASIL. Presidência da República. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF: Casa Civil, 1990.

_____. **Código de Ética do Assistente Social**. Lei 8662/93 de regulamentação da profissão. 2ª ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 1993.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Publicada no Diário Oficial da União – DOU em 23 de dezembro de 1996. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/legislação>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

_____. **Código de Ética do Assistente Social**. Lei nº. 8.662/93 de regulamentação da profissão. 2. ed. Brasília, DF: Conselho Federal de Serviço Social, 2007.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Serviço Social na Educação**. Grupo de estudos sobre o Serviço Social na Educação. Brasília, DF: CFESS, 2001.

FARIA, E. L. de. **Importância do Serviço Social no espaço escolar**. 2010. 62f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Faculdade Católica de Uberlândia, Uberlândia, 2010.

GOMES, A. M. M. **O psicólogo na rede pública de educação**: possibilidades e desafios de uma atuação na perspectiva crítica. 2012. 105 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano) – Universidade de São Paulo; Instituto de Psicologia, São Paulo, 2012.

GOMES, C. B. O papel do psicólogo escolar. **Portal da Educação**, 24 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/psicologia/artigos/48516/o-papel-do-psicologoescolar#ixzz4B0yTjRh>>. Acesso em: 2 nov. 2017.

LIBANEO, J. C. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 5. ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

MIRANDA, A. B. S. de. O trabalho do psicólogo na escola. **Psicologado Artigos**, abr. 2013. Disponível em: <<https://psicologado.com/atuacao/psicologia-escolar/o-trabalho-do-psicologo-na-escola>>. Acesso em: 25 out. 2016.

NAGEL, L. H. **A educação dos alunos (ou filhos) da pós-modernidade**. Maringá: UNICESUMAR, 2015.

PARANÁ. Casa Civil. **Lei n. 15.075**. Publicado no Diário Oficial nº. 7219 de 5 de maio de 2006. Autoriza a implantação do Programa de Atendimento Psicopedagógico e social em todas as unidades escolares que integram a Rede de Ensino Público, conforme especifica. Curitiba: Secretaria do Estado da Educação, 2006.

PEREIRA, L. C.; CZERNISZ, E. C da S. O trabalho do pedagogo na escola pública: frente à avaliação, ao ensino noturno e a educação profissional. **Gestão Escolar, Dia a Dia**, Curitiba, 2008. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/md_lucia_cavichioli_pereira.pdf>. Acesso em: 27 set. 2017.

SANTOS, A. M. dos. As contribuições do Serviço Social para a realidade escolar do Brasil. **Brasil Escola**, 2008. Disponível em: <<http://www.meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/as-contribuicoes-servico-social-para-realidade-escolar-.htm>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

SANTOS, A. M. dos. Serviço Social na educação: reflexões acerca das contribuições do assistente social para o fortalecimento da gestão escolar. In: SCHNEIDER, G. M.; HERNANDORENA, M. do C. A. (Org.) **Serviço Social na educação**: perspectivas e possibilidades. Porto Alegre: CMC, 2012. p. 11-28.

SCHNEIDER, G. M.; HERNANDORENA, M. do C. A. (Org.). **Serviço Social na educação**: perspectivas e possibilidades. Porto Alegre: CMC, 2012.

SOUZA, M. P. R. de. Psicologia Escolar e Educacional em busca de novas perspectivas. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)**, v. 13, n. 1, p. 179-182, jan./jun. 2009.